

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS  
DA UNIÃO**

**URGÊNCIA**

**ALESSANDRO VIEIRA**, brasileiro, casado, Senador da República, RG 811924, SSP/SE, CPF 719.437.905-82, com endereço profissional no Senado Federal, Anexo II, Gabinete 08, Brasília/DF, endereço eletrônico sen.alessandrovieira@senado.leg.br, **FELIPE RIGONI LOPES**, brasileiro, solteiro, Deputado Federal, portador da cédula de identidade R.G. nº 20.383.639 e inscrito no CPF nº 128.381.827-22, com endereço profissional no Anexo IV da Câmara dos Deputados, Gabinete 846, endereço eletrônico dep.feliperigoni@camara.leg.br, **TABATA CLAUDIA AMARAL DE PONTES**, brasileira, solteira, Deputada Federal, portadora da cédula de identidade R.G nº 43.866.416-4 e inscrita no CPF nº 388.483.198-40, com endereço profissional no Anexo IV da Câmara dos Deputados, Gabinete 848, endereço eletrônico dep.tabataamaral@camara.leg.br, vêm, respeitosamente, por meio de seu procurador ao final subscrito, com fundamento nos artigos 74, § 2º, da Constituição Federal e 237, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União apresentar a presente

**REPRESENTAÇÃO**

em face da **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, órgão máximo da Administração Pública Federal, representado nos termos do Decreto-Lei n. 200/67, com endereço no Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, CEP 70200-003, Brasília/DF.

## I - DO CABIMENTO DA REPRESENTAÇÃO

O art. 74, § 2º, da Constituição Federal, estabelece que "qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União."

Por sua vez, o art. 237, III do Regimento interno do TCU dispõe que os Senadores da República e os Deputados Federais, entre outras autoridades, são partes legítimas para, na forma da lei, representar junto ao TCU:

*“Art. 237. Têm legitimidade para representar ao Tribunal de Contas da União:*

*I – o Ministério Público da União, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, alínea c, da Lei Complementar nº 75/93;*

*II – os órgãos de controle interno, em cumprimento ao § 1º do art. 74 da Constituição Federal;*

*III – os senadores da República, deputados federais, estaduais e distritais, juízes, servidores públicos e outras autoridades que comuniquem a ocorrência de irregularidades de que tenham conhecimento em virtude do cargo que ocupem;*

*IV – os tribunais de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, as câmaras municipais e os ministérios públicos estaduais;*

*V – as equipes de inspeção ou de auditoria, nos termos do art. 246;*

*VI – as unidades técnicas do Tribunal; e*

*VII – outros órgãos, entidades ou pessoas que detenham essa prerrogativa por força de lei específica.”. [Grifo nosso]*

Nesse sentido, cabe esclarecer que os ora representantes são partes legítimas para representar perante o Tribunal de Contas da União, considerando os cargos de Senador da República e Deputada Federal que atualmente ocupam.

No que diz respeito ao responsável, o Regimento Interno o define como aquele qualificado nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e legislação aplicável.

Com efeito, sabe-se que a Presidência da República, no âmbito da União, é o órgão que comanda a Administração Pública Federal.

Por força do parágrafo único do artigo 237 do Regimento Interno do TCU, aplicam-se às representações os dispositivos constantes do § 1º e da segunda parte do § 2º do art. 234, do caput e do parágrafo único do art. 235 e dos arts. 250 a 252. Nesse sentido:

*Art. 235. A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada.*

*Art. 251. Verificada a ilegalidade de ato ou contrato em execução, o Tribunal assinará prazo de até quinze dias para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, com indicação expressa dos dispositivos a serem observados, sem prejuízo do disposto no inciso IV do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo anterior. § 1º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido: I – sustará a execução do ato impugnado; II – comunicará a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal; III – aplicará ao responsável, no próprio processo de fiscalização, a multa prevista no inciso VII do art. 268.*

Por consequência, requer-se a admissibilidade da presente representação, uma vez que é clara a legitimidade das partes (interessado e responsável), bem como evidentes as ilegalidades que serão a seguir delineadas.

## **I - DOS FATOS**

Em matéria veiculada no dia 24 de janeiro do corrente ano pelo site "Metrópoles" e assinada pela jornalista Rafaela Lima<sup>1</sup>, a seguir parcialmente transcrita, deu-se publicidade a um preocupante aumento de gastos com as compras de caráter alimentício efetuadas pelo Governo Federal:

"Na polêmica disputa “com ou sem uva-passa“, o Executivo federal, ao que parece, tem um lado bem definido. Em 2020, os órgãos sob comando do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) gastaram pouco mais de R\$ 5 milhões na compra da fruta desidratada. O gasto (e o gosto) com o

---

<sup>1</sup> <https://www.metropoles.com/brasil/mais-de-r-18-bilhao-em-compras-carrinho-do-governo-federal-tem-de-sagu-a-chicletes>

produto, questionável para alguns, não é nem 1% do valor total pago na compra de supermercado do governo.

Levantamento do (M)Dados, núcleo de jornalismo de dados do **Metrópoles**, com base do Painel de Compras atualizado pelo Ministério da Economia, mostra que, no último ano, todos os órgãos do executivo pagaram, juntos, mais de R\$ 1,8 bilhão em alimentos – um aumento de 20% em relação a 2019. Para a reportagem, foram considerados apenas os itens que somaram mais de R\$ 1 milhão pagos.

Além do tradicional arroz, feijão, carne, batata frita e salada, no “carrinho” estiveram incluídos biscoitos, sorvete, massa de pastel, leite condensado – que associado ao pão forma uma das comidas favoritas do presidente – , geleia de mocotó, picolé, pão de queijo, pizza, vinho, bombom, chantilly, sagu e até chiclete.

Os valores chamam a atenção. Só em goma de mascar, foram R\$ 2.203.681, 89 aos cofres públicos. Sem contar a compra de molho shoyo, molho inglês e molho de pimenta que, juntos, somam mais de R\$ 14 milhões do montante pago. Pizza e refrigerante também fizeram parte do cardápio do ano. Débito de R\$ 32,7 milhões dos cofres da União.

Os frutos do mar não ficaram de fora das refeições (R\$ 6,1 milhões) e muito menos peixes – in natura e conserva – (R\$ 35,5 milhões), bacon defumado (R\$ 7,1 milhões) e embutidos (R\$ 45,2 milhões). Para as sobremesas, muito açúcar: sorvete, picolé, fruta em calda, doce em tablete, cristalizado, para cobertura, granulado ou confeitado. Ao gosto do cliente, por R\$ 123,2 milhões.

Para alguns órgãos, a conta custou mais e o cardápio foi bem mais variado. A maior parte das compras e o montante mais alto é ligado ao Ministério da Defesa. Foram mais de R\$ 632 milhões com alimentação. A compra de vinhos, por exemplo, que somou R\$ 2.512.073, 59, foi quase toda bancada por eles.

O Ministério da Educação fica como o segundo maior pagante do governo – pelo menos R\$ 60 milhões. O Ministério da Justiça gastou bem menos, mas é o terceiro lugar entre os órgãos, com despesas que superam R\$ 2 milhões. A maior parte foi para a Fundação Nacional do Índio (Funai), que, entre os itens comprados teve milho de pipoca, leite condensado e até sagu. Procuradas, as pastas não responderam até o fechamento da reportagem.

Segundo o Ministério da Economia, a maior parte desse tipo de despesa está no Ministério da Defesa “porque se refere à alimentação das tropas das forças armadas em serviço”, disse a pasta, em nota. “Toda despesa efetuada pela Administração Pública Federal está dentro do orçamento”, continuou.

O professor Francisco Antônio Coelho Junior, do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em gestão pública, ressaltou, no entanto, que é preciso entender e questionar o real interesse do executivo na compra desses alimentos. “Um dos princípios da administração pública é a questão da eficiência, e um dos critérios de eficiência é a economicidade. Considerando o real interesse, é necessário pensar essencialmente que estamos em um ano de pandemia. É preciso entender quais os reais interesses, ressaltando que a moralidade e legalidade são também princípios essenciais da administração”, disse.

No dia seguinte, o mesmo veículo de comunicação<sup>2</sup> complementou a notícia da véspera para exemplificar o absurdo aumento dos gastos com leite condensado:

"A rotina do presidente Jair Bolsonaro de colocar leite condensado no pão no café da manhã fica bem aparente na tabela de compras do Executivo Federal. Levantamento divulgado pelo Portal Metrôpoles no domingo (25) mostra que o item está entre os principais gastos do governo em supermercado.

Segundo o (M)dados, foram R\$ 15.641.777,49 gastos apenas em Leite Condensado no ano de 2020. Com base no Painel de Compras, do Ministério da Economia, o Metrôpoles estimou gastos de mais de R\$ 1,8 bilhão no carrinho de compras do governo, um aumento de 20%.

Além dos itens de “cesta básica”, chamam atenção os R\$ 16,5 milhões gastos em batata frita embalada, R\$ 13,4 milhões em barra de cereal, R\$ 12,4 mi em ervilha em conserva, R\$ 21,4 mi em iogurte natural. Só em goma de mascar, foram R\$ 2.203.681.

Em 2019, primeiro ano de governo, os gastos com leite condensado foram ainda maiores: R\$ 26 milhões, segundo o portal de compras do governo."

---

<sup>2</sup> <https://revistaforum.com.br/politica/em-2020-governo-bolsonaro-gastou-r-15-milhoes-em-leite-condensado/>

Em meio a uma grave crise econômica e sanitária, o aumento de gastos apontado pelas matérias é absolutamente preocupante, tanto pelo acréscimo de despesas como pelo caráter supérfluo de muitos dos gêneros alimentícios mencionados.

Esse cenário, como se passará a demonstrar, exige uma análise detida e criteriosa por parte do Tribunal de Contas da União.

## II - DO DIREITO

Há tempos a doutrina pátria vem se debruçando sobre o conceito de moralidade administrativa, valor de primeiríssima ordem que permeia todo o Direito Administrativo e que tem raízes constitucionais, das quais se falará adiante.

Entre os que têm se dedicado a estudar o tema, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho leciona que “não cabe à Administração fazer o que quer, livre da tutela legal ou liberta do controle jurisdicional, indiferente a princípios condicionantes”<sup>3</sup>, uma vez que essas motivações não encontram sustentação no interesse público.

Observa-se, dessa maneira, uma inequívoca relação entre a moralidade e a consecução dos fins de interesse público. O conceito de moralidade administrativa ainda é vinculado, por consagrados autores como Hely Lopes Meirelles, ao conceito de “bom administrador”, considerando-se que “ao ato legal deve juntar o honesto e o conveniente aos interesses gerais”<sup>4</sup>

A Constituição Federal não só menciona a moralidade como um dos princípios da Administração Pública no *caput* de seu art. 37, como também oferece instrumentos para reparar os prejuízos causados pela sua inobservância.

Tamanha é a importância que a moralidade possui para o nosso ordenamento e para o funcionamento da máquina pública, que é trazida pela Carta Constitucional a sanção a agentes públicos que incorrerem em condutas de improbidade administrativa.

Recorda-nos Odete Medauar que a probidade é uma decorrência do princípio da moralidade administrativa, de modo que atentar contra os princípios da Administração Pública constitui, inclusive, ato de improbidade administrativa, como estabelecido pelo art. 11 da Lei 8.429/92.

---

<sup>3</sup> SOBRINHO, Manoel de Oliveira Franco. *O princípio constitucional da moralidade administrativa*. 2. ed. Curitiba: Genesis, 1993, p. 23.

<sup>4</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, pp. 79-80.

Ainda segundo um dos maiores administrativistas do país, o Professor José dos Santos Carvalho Filho, “o princípio da moralidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta.”<sup>5</sup>

Além do princípio da moralidade, o aumento vertiginoso dos gastos com alimentos - muitos dos quais inequivocamente supérfluos, repita-se - choca-se com outros princípios enunciados pelo art. 70 da Carta Maior.

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta deve se atentar especialmente à legalidade, legitimidade e economicidade.

Esses três parâmetros, para além do aludido princípio da moralidade, se considerada a atual conjuntura brasileira, podem ter sido amplamente ofendidos, razão pela qual pede-se vênua para provocar este E. Tribunal de Contas.

### **III - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer-se a esta E. Corte de Contas a adoção das seguintes providências:

- 1) Receba a presente Representação e dê-lhe a devida tramitação emergencial em face da gravidade dos atos narrados e amplamente comprovados, preenchidos os requisitos previstos no art. 74 § 2º da Constituição Federal e arts. 144 e 234 do Regimento Interno do TCU;
- 2) No mérito, diante da competência do Tribunal de Contas da União de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Federal, a adoção das medidas adequadas para verificar a legalidade, legitimidade e economicidade das compras efetuadas a título de alimentação pelo Governo Federal, cominando-se as sanções cabíveis;
- 3) Intimação oficial do patrono subscritor acerca do andamento da presente representação;

---

<sup>5</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 24. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 19.

4) Caso não se receba a presente peça como representação, seja devidamente recebida e processada na qualidade de comunicação de irregularidade.

Nesses termos,  
pedem deferimento.

Brasília, 26 de janeiro de 2021.



Senador ALESSANDRO VIEIRA  
(CIDADANIA/SE)



Deputada TABATA AMARAL  
(PDT/SP)



Deputado Federal FELIPE RIGONI  
(PSB/ES)

CAIO CHAVES MORAU  
(OAB/SP 357.111)  
assinado eletronicamente